



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

MARIA MARGARIDA MENDONÇA DIAS

**PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO: O IMPACTO NAS
RELAÇÕES DE TRABALHO DOS AMBULANTES DE ITAPUÃ
SALVADOR-BA**

Salvador
2017

MARIA MARGARIDA MENDONÇA DIAS

**PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO: O IMPACTO NAS
RELAÇÕES DE TRABALHO DOS AMBULANTES DE ITAPUÃ
SALVADOR-BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Serviço Social como requisito básico para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Valéria dos Santos Noronha

Salvador
2017

MARIA MARGARIDA MENDONÇA DIAS

**PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO: O IMPACTO NAS
RELAÇÕES DE TRABALHO DOS AMBULANTES DE ITAPUÃ
SALVADOR-BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, Instituto de Psicologia,
Universidade Federal da Bahia.

Data: __/__/__ Nota: _____

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Valéria dos Santos Noronha Miranda
Universidade Federal da Bahia

Prof.^a Dr.^a Josimara Aparecida Delgado Bauor
Universidade Federal da Bahia

Ana Cláudia C. Mendonça Semêdo
Doutoranda em Ciências Sociais/ UFBA
Docente na Universidade Federal da Bahia

A meu pai (*in memoriam*).
À Classe trabalhadora.
Às mulheres e homens entrevistados na pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por ter me permitido chegar até aqui.

À minha família que colaborou de forma direta e indireta para a minha formação em especial aos meus pais (in memoriam) que proporcionaram condições psicológicas e materiais para que esse sonho se materializasse.

Aos meus filhos, Rafael, Lucas e Juliana, e ao meu marido Geraldo, que serviram de espelho para esta graduação.

À minha orientadora Valéria dos Santos Noronha Miranda que me conduziu no decorrer do trabalho com competência e leveza indicando textos, emprestando livros e, dando sugestões imprescindíveis para a realização desse trabalho, incentivando e acreditando na minha capacidade.

Aos amigos e amigas que sempre incentivaram a minha formação em especial a Liliana Pereira Conceição, que me fez acreditar nessa possibilidade. Todos foram importantes, mas Priscylla Alves Campos e Suziane Gomes S. Gonçalves foram essenciais na reta final.

Às minhas professoras que contribuíram para a minha formação e para a Assistente Social que serei. Sem vocês esse trabalho não teria sido possível. Com ênfase às professoras que aceitaram compor a banca.

As supervisoras de estágio, Ione Santos Silva, Stella Maria Leal Bastos Senes, Magali da Silva Almeida, Ana Cláudia Caldas Mendonça, que solidificaram com maestria a prática do fazer profissional com os conteúdos teóricos, apreendidos ao longo da formação.

Quando os trabalhadores perderem a paciência

Mauro Iasi

As pessoas comerão três vezes ao dia
E passearão de mãos dadas ao entardecer
A vida será livre e não a concorrência
Quando os trabalhadores perderem a paciência.
Certas pessoas perderão seus cargos e empregos
O trabalho deixará de ser um meio de vida
As pessoas poderão fazer coisas de maior pertinência
Quando os trabalhadores perderem a paciência
O mundo não terá fronteiras
Nem estados, nem militares para proteger estados
Nem estados para proteger militares prepotências
Quando os trabalhadores perderem a paciência
A pele será carícia e o corpo delícia
E os namorados farão amor não mercantil
Enquanto é a fome que vai virar indecência
Quando os trabalhadores perderem a paciência
Quando os trabalhadores perderem a paciência
Não terá governo nem direito sem justiça
Nem juízes, nem doutores em sapiência
Nem padres, nem excelências
Uma fruta será fruta, sem valor e sem troca
Sem que o humano se oculte na aparência
A necessidade e o desejo serão o termo de equivalência
Quando os trabalhadores perderem a paciência
Quando os trabalhadores perderem a paciência
Depois de dez anos sem uso, por pura obscelescência
A filósofa-faxineira passando pelo palácio dirá:
“declaro vaga a presidência”!

RESUMO

DIAS, Margarida Mendonça Dias. *Precarização Social do trabalho: o impacto nas relações de trabalho dos ambulantes de Itapuã Salvador/Ba.* 55 f. il. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto de Psicologia, Curso de Serviço Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

Este trabalho tem como objetivo principal tratar do tema da precarização social do trabalho ressaltando o impacto social nas relações de trabalho dos ambulantes de Itapuã na cidade de Salvador-Ba. Partindo da problemática em torno do conceito de precarização, buscou-se oferecer um panorama do conceito histórico de trabalho até os dias atuais, em um contexto de transformações tecnológicas e da emergência do trabalho imaterial, enfatizando o caso brasileiro. Foi adotada como perspectiva teórica a visão marxista sobre o trabalho e outros autores que discutem essas questões no cenário contemporâneo a fim de refletir sobre a violência no trabalho informal a partir das entrevistas e observações realizadas com ambulantes no bairro de Itapuã. Utilizou-se, como material de investigação, relatos dos referidos ambulantes e, de posse desses dados, discute-se o tema da precarização social do trabalho informal na atualidade. O trabalho foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, coleta de dados através de entrevistas e análise do material. Conclui-se que é preciso investir em políticas públicas e sociais que ofereçam um suporte mínimo para esses trabalhadores que buscam, na informalidade, uma forma de sobrevivência diante da escassez de empregos formais.

Palavras-chave: precarização social do trabalho, trabalho informal, informalidade.

ABSTRACT

DIAS, Margarida Mendonça Dias. *Precarization social of work: the impact of the work relations of the itinerant workers of Itapoã Salvador / Ba.* 55 f. il. 2017. Course Completion Work - Institute of Psychology, Department of Social Work, Federal University of Bahia, Salvador, 2017.

This study has as main objective to discuss about the precariousness social of the work, accentuating the social impact of the work relations of the itinerant workers of Itapoã's neighborhood in the city of Salvador-Ba. This work concern about the problematic of the concept about precarization, soughting to offer one view about the historic concept of work to the present day, in a context of technological transformations and the emergence of immaterial work, focusing the Brazilian case. Was used as a theoretical perspective the Marxist view about work and other authors who discuss these issues in the contemporary scenario in order to reflect on violence in informal work from the interviews and observations made with street vendors in Itapoã's neighborhood. Also, was used interviews of these itinerants as material research and, with these data in hand, the issue of precariousness of informal work in the present time was discussed. The work was developed through data collection through interviews, bibliographic research and material analysis. It is concluded that it is necessary to invest in public and social policies that offer a minimum support to those workers who seek, in informality, a way of survival in the face of a scarcity of formal jobs.

Key words: precariousness social of work, informal work, informality.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. O TRABALHO COMO MEIO DE VIDA	14
2.1 O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO HISTÓRICA VINCULADO AO CONCEITO DE TRABALHO	15
2.2 A CATEGORIA TRABALHO NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO: TECNOLOGIA E TRABALHO IMATERIAL	18
2.3 O TRABALHO INFORMAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA	21
2.3.1 O trabalho informal no Brasil	22
3. A PRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA NO TRABALHO INFORMAL: PENSANDO A PRECARIZAÇÃO	25
3.1 A PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO	30
3.2 REFLEXÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA NO TRABALHO INFORMAL	37
4. ANÁLISE DE RELATOS	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
6. REFERÊNCIAS	52

1. INTRODUÇÃO

No cenário contemporâneo, em um contexto de crise econômica, o desemprego alcança um patamar elevado de pessoas fora do mercado formal de trabalho. Por esse motivo, muitas pessoas são atraídas para o trabalho precarizado, no qual se destaca a informalidade.

A precarização social do trabalho está intimamente relacionada às transformações do trabalho num contexto de globalização neoliberal e da reestruturação produtiva, segundo Druck e Franco (2011): “Diversos estudos e pesquisas tem evidenciado a consolidação da flexiprecarização e o seu caráter multidimensional-compreendendo as dimensões econômica, política, social cultural, que se realiza nos planos macro, microsocial e do indivíduo”. (DRUCK E FRANCO, 2011, p. 29)

O tema aqui proposto surge em ‘função de razões pessoais: durante o curso de graduação em Serviço Social, lembrei-me de alguns episódios da infância, quando passei a ter consciência da realidade de trabalho precário a que as pessoas mais pobres estavam submetidas. Observava a história de um vendedor de Jornal que vivia em sua banca de revistas e sustentava sua família através desse trabalho. Também observava os feirantes todas as quartas-feiras, que no fim da tarde, instalavam suas barracas para na manhã do dia seguinte comercializar seus produtos.

Nos dias atuais, a atenção se volta para a dinâmica de trabalho dos ambulantes de Itapuã, mas, agora, procurando entender os motivos que levam a esses trabalhadores optarem por esse meio de subsistência. A principal razão é devido ao fato de não conseguirem se inserir no mercado formal. Assim, este trabalho, ao longo dos capítulos, pretende produzir esclarecimentos em relação a essas questões.

Ao longo da graduação, tanto em sala de aula, ou mesmo no campo de estágio na Extensão do 2º Juizado Especial Criminal Largo do Tanque, assim como ao participar do componente curricular “Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade- ACCS: Envelheci, e agora? Construindo Saberes e Práticas”, tive maior aproximação acerca das manifestações da “Questão Social”, que podem ser

observadas através do desemprego, subemprego, violência, e, por conseguinte, todas as mazelas sociais a ela inerentes.

Ainda ecoa em mim a seguinte frase “como é bom a pessoa ter um emprego”. Esta, deferida por minha mãe ao expressar seu contentamento por me ver na adolescência inserida no mercado de trabalho formal, fazia uma analogia à realidade vivenciada pela família, já que meu pai era um comerciante autônomo, e por esse motivo não dispunha de todos os direitos adquiridos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Considerando essas motivações, de ordem pessoal, e a relevância do tema, haja vista a necessidade de se discutir tais questões no contexto contemporâneo, de acentuado desemprego e descaso para as necessidades básicas das populações mais carentes, este trabalho se concentrou na discussão acerca da precarização do trabalho como subsídio teórico para uma reflexão sobre o impacto social das relações de trabalho dos ambulantes de Itapuã, na cidade de Salvador-Ba.

Para Oliveira (2009), modos de produção é a maneira pela qual a sociedade produz seus bens e serviços, como os utiliza e como os distribui. É também chamado de sistema econômico. Para o autor, modos de produção=Forças Produtivas+Relações de Produção.

No modo de produção capitalista, a burguesia é detentora dos meios de produção, esta depende da força de trabalho do trabalhador que a vende em troca de um salário. Qualquer jornada de trabalho tem duas partes: o tempo necessário e o tempo excedente - O tempo necessário corresponde ao tempo de trabalho em que o trabalhador transfere para o produto (mercadoria) o valor da sua força de trabalho e define o valor da mercadoria este, (pode) corresponder ao salário pago pelo capitalista - O excedente corresponde ao tempo de trabalho, depois que o trabalhador já produziu o equivalente ao valor da sua força de trabalho. Este é o trabalho não pago, mais valor, mais valia que será transformada em lucro com a venda do produto.

Esta condição favorece a acumulação da riqueza em favor do capitalista que se apropria do excedente por intermédio da exploração da classe trabalhadora. Outra condição que tenciona a relação Capital x Trabalho acontece quando o capital

objetivando lucro investe nos meios de produção (máquinas, tecnologia), aumentando produtividade e diminuindo a compra da força de trabalho, ocasionando o desemprego, subemprego, precarização do trabalho. Desse modo, para compreender a força e influência do capital nas relações de trabalho, é preciso compreendê-lo partindo de uma perspectiva histórica. Para a discussão sobre esse tema, o trabalho foi dividido da seguinte maneira:

No capítulo intitulado *O trabalho como meio de vida*, o tema foi apresentado com vistas a observar de que maneira o conceito de trabalho foi sofrendo transformações ao longo do tempo, mantendo, sempre, a idéia de se tratar de uma forma de subsistência, e conservando sua configuração de que o indivíduo o utiliza, de maneira mais ampla, como meio de vida. No contexto contemporâneo, a categoria trabalho parece estar relacionada à tecnologia e ao trabalho imaterial, novas formas de se manter os sistemas e o lucro através do capital.

Buscou-se, ainda, discutir de que maneira se dá o funcionamento do trabalho informal na sociedade capitalista, haja vista que os interesses foram sendo alterados, tanto da parte do empregador quanto do empregado, levando o indivíduo a buscar alternativas para manter o seu sustento e o da sua família. Serão abordadas essas questões especificamente no caso do Brasil, em que o trabalho informal ocupa espaço e absorve parte da população que não conseguiu se inserir no mercado formal.

No capítulo *A produção da violência no trabalho informal: pensando a precarização*, foram apresentados conceitos e reflexões acerca da precarização social do trabalho tomando como ponto de partida, a perspectiva teórica marxista sobre o trabalho com o objetivo de discutir a violência no trabalho informal, haja vista a informalidade estar associada a condições precárias a que são submetidos esses trabalhadores.

No capítulo intitulado *Análise de Relatos* foi possível refletir, através da observação *direta e participante*, de que maneira funciona o trabalho informal na cidade de Salvador. Para tanto, foram realizadas entrevistas com trabalhadores ambulantes no bairro Itapuã. De posse dos dados, foi realizada uma análise dos relatos a fim de identificar as características desse tipo de trabalho, as condições em

que se apresenta, bem como a recorrência numérica de determinados descritores, tais como o sexo, a idade, o tempo de trabalho e a motivação entre os entrevistados.

A precarização social do trabalho mostra-se cada vez mais evidente, sobretudo na informalidade, o que faz com a violência esteja presente na vida de trabalhadores que foram rejeitados pelo mercado formal. É preciso oferecer assistência, mediante políticas públicas eficientes, e dignidade a essas pessoas, que se encontram em uma situação de vulnerabilidade e exclusão social.

Diante dessas questões, esta pesquisa se justifica por tratar de um tema atual e que tem ainda muito a ser discutido, sobretudo no que diz respeito à violência que enfrentam, todos os dias, trabalhadores que são oprimidos pela falta de acesso a um trabalho digno.

A precarização social do trabalho tem se mostrado um tema com abundância de questões a serem discutidas, e que ainda carece de estudo. Faz-se necessário, para tanto, suscitar discussões e questionamentos acerca da importante contribuição dos estudos sociológicos nesse contexto, diversificando e ampliando as abordagens que já são feitas a esse respeito.

O método utilizado nessa pesquisa é o qualitativo, mediante pesquisa bibliográfica em livros impressos e publicados na internet e utilização de observação direta e participante¹, além da realização de entrevistas semi-estruturadas com os ambulantes-trabalhadores localizados em Itapuã (mais adiante, encontram-se o detalhamento dos dados da pesquisa). Este momento caracterizou-se com a construção dos dados qualitativos², a partir da ida a campo³. Aqui evidencia-se,

¹ Na modalidade de participante como observador, o pesquisador estabelece com o grupo uma relação que se limita ao trabalho de campo; a participação ocorre da forma mais profunda possível, através da observação informal das rotinas cotidianas e da vivência de situações consideradas importantes. A situação de observador como participante ocorre através de relações breves e superficiais, nas quais a observação se desenvolve de maneira mais formal; é utilizada, muitas vezes, para complementar o uso de entrevistas. Na modalidade de observador total não há interação social entre pesquisador e sujeitos da pesquisa, os quais não sabem que estão sendo observados; a observação é usada, geralmente, como complemento de outras técnicas de coleta de dados (MINAYO, 1994).

²“Os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos. Estes dados não são padronizáveis como os dados quantitativos, obrigando o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los. Não existindo regras precisas e passos a serem seguidos, o bom resultado da pesquisa depende da sensibilidade, intuição e experiência do pesquisador” (GOLDENBERG, 2009).

veementemente, a Pesquisa Qualitativa, entendida, segundo Minayo (1994), como uma das especificidades da pesquisa social que considera que os fenômenos e os processos sociais são entendidos e relacionados, a partir das determinações e transformações dadas pelos sujeitos.

Compreende uma relação intrínseca de oposição e complementaridade entre o mundo natural e social, entre pensamento e a base material. Advoga também a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as dificuldades que os problemas e/ou “objetos sociais” apresentam (MINAYO, 1994).

Em todas as entrevistas foram usados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), evidenciando os objetivos, riscos e benefícios da pesquisa, solicitando a autorização de participação. Os nomes mencionados na análise dos dados são fictícios preservando a identidade de cada participante.

Neste sentido, a pesquisa de campo possibilitou aprofundar conhecimentos acerca da realidade dos ambulantes em Itapuã, buscando apreender seus reais enfrentamentos com relação à precarização do trabalho e seu impacto social em suas relações, tecendo breves considerações sobre os modos de viver dos que “sobrevivem” na esfera da informalidade.

³ “[...] um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos (CRUZ NETO, 1994).”

2. O TRABALHO COMO MEIO DE VIDA

O real significado de trabalho só pode ser compreendido no emaranhado de relações sociais que se formaram dentro do seu contexto histórico. As relações de trabalho correspondem ao modo de vida adotado por uma sociedade em determinada época e, por esse motivo, para compreender o entendimento que se tem hoje da importância do trabalho na vida das pessoas, é necessário perceber suas transformações ao longo da história.

Mais do que identificar o homem como um ser social, o trabalho realizado por cada indivíduo não compõe apenas a estrutura de uma sociedade, mas está relacionada à construção da natureza humana⁴, já que se constitui como uma ferramenta para a própria razão da sua existência. Essa percepção não é apenas científica, faz parte, também, das diversas concepções religiosas e mitológicas sobre o homem como um ser que produz.

Para Granemann (2009), o trabalho continua, mesmo com todos os revezes, “a ser o eixo fundamental da sociabilidade humana” (p. 3). Partir dessa concepção implica, segundo a autora:

[...] o reconhecimento de que as relações sociais construídas pela humanidade, desde as mais antigas, sempre se assentaram no trabalho como fundamento da própria reprodução da vida dado que, por meio de tal atividade, produziram os bens socialmente necessários a cada período da história humana (GRANEMANN, 2009. p. 3).

Os bens socialmente necessários representam, portanto, o trabalho como meio de vida para o ser humano. As alterações se dão em outros níveis: os tipos de trabalho e as necessidades prementes de cada indivíduo. Essas oscilações dizem respeito não apenas ao homem em sua individualidade, mas a forma como cada sociedade, em cada época, assimilou o que é trabalho e a sua importância na conjuntura social.

Faz parte, inclusive, da dinâmica social, que o homem desenvolva atividades laborais a fim de destacarem-se enquanto seres meramente orgânicos, e que

⁴ Segundo Sara Granemann (2009), o homem possui uma primeira natureza, que diz respeito aquilo que é natural, biológico, e a segunda natureza, que é social. A primeira é condição para que a segunda exista. (GRANEMANN, S. **O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade.** In: CFESS; ABEPSS. (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UNB, 2009, v. 01, p. 223-238.

consigam atribuir um significado para todas as atividades que desenvolve. O valor que cada um confere ao fruto do seu trabalho diz respeito às formas como ele se enxerga no mundo e, de certo modo, também definem quem ele é.

2.1 O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO HISTÓRICA VINCULADO AO CONCEITO DE TRABALHO

Desde as primeiras relações que o homem estabeleceu com o trabalho, como forma de viabilizar o seu sustento e tudo o mais que pode ser conquistado em termos materiais para si mesmo e para o bem-estar de outros, seu sentido vem sendo empregado de forma particular ao longo da história. Essas variações correspondem ao nível cultural e o estágio evolutivo de cada sociedade. Peter Drucker (1964), historicizando o termo, lembra que o trabalho é tão antigo quanto o ser humano.

A forma como o ocidente absorveu o conceito de trabalho foi, no princípio, com a ideia de dignificá-lo. Uma herança, segundo Hunt e Lautzenheiser (2012), que vem desde os primeiros textos gregos, como “Os trabalhos e os Dias”, que poetiza o trabalho de um agricultor. Aliás, durante muito tempo, a relação do homem com a terra foi motivo de muitos cânticos: os princípios religiosos cristãos defendem o sustento como fruto do trabalho do homem (HUNT E LAUTZENHEISER, 2012).

Apesar de todo esse louvor e simbologia em torno do trabalho agrícola, ele era desenvolvido por pessoas humildes, e, portanto, apenas desse modo era observado pelos poetas e pelas pessoas abastadas e autoridades. Não havia referência a como um agricultor realizava suas atividades. Através do trabalho – sobretudo o trabalho escravo – era possível gerar riqueza, ao trabalho pode-se atribuir um valor, seja ele qual for. Essa, a linha de defesa majoritária entre os economistas clássicos. (HUNT E LAUTZENHEISER, 2012)

Backhouse (2007) ressalta que, no início, o trabalho era visto apenas como um meio de sobrevivência. Aos poucos, com o incremento de novas ferramentas à agricultura, bem como seus instrumentos e ferramentas, o progresso foi sendo conquistado aos poucos. Primeiro, com o arado. Depois, a Revolução Industrial se tornou uma nova forma de valor atribuído ao trabalho, além de alterações

provocadas nas próprias formas de trabalho, tais como sua organização, ocasionando, até mesmo, o surgimento de políticas sociais.

Com a Revolução Industrial, o homem viu a necessidade de organizar o trabalho e criou a ideia de emprego. Ora, na antiguidade não se registra a noção de emprego. Em civilizações que habitavam na Babilônia, Egito e Israel, dentre outras, registra-se o trabalho livre e o trabalho escravo, segundo Backhouse (2007). O trabalho de artesãos e a tentativa de uma prática rudimentar de ciência também foram observados nos tempos primitivos.

A forma como o ser humano foi modificando sua visão sobre o trabalho e aperfeiçoando suas técnicas está intrinsecamente ligada à história da economia. Na tentativa de destacar três momentos que demonstram essas transformações, bem como sua influência para o ocidente, Backhouse (2007) afirma que:

Nas sociedades escravistas, como a egípcia, grega e romana, todo o trabalho era feito por escravos. Os artesãos tinham clientes que pagavam por seus serviços, mas não tinham patrões definidos, assim como funciona com os profissionais liberais, atualmente. [...] Na Idade Média não havia a noção de emprego. A relação estabelecida era a de senhor-servo, que, diferente da escravidão, não mantinha o trabalhador preso a terra, ele possuía, como resultado do seu trabalho, o direito a morar nas terras do seu senhor, mas não havia vínculo empregatício. [...] Foi na Idade Moderna que surgiram as primeiras empresas familiares, quando começa a surgir, de fato, a noção de emprego. (BACKHOUSE, 2007).

Com todas essas mudanças, e com o surgimento das primeiras relações empregatícias, como no caso dos aprendizes que trabalhavam em oficinas, e com a transformação econômica e social gerada pela Revolução Industrial, o emprego é estabelecido a partir da dinâmica relacionada à oferta da força de trabalho em troca de remuneração.

Não se pode perder de vista o sentido atribuído por Karl Marx (2013) ao que entendemos como trabalho, que, sob a égide do capitalismo, tornou-se, segundo ele, ao mesmo tempo “a única fonte de subsistência para a classe trabalhadora e de desefetivação humana”. (MARX, 2013, p. 26)

A associação do trabalho com a economia é, portanto, uma transformação social que passa a existir quando o labor humano sai da subsistência para o excesso, que é o lucro. Nasce então uma relação entre produto, produção e

consumo. Foi pensando nessas transformações e na relação íntima e direta entre trabalho e subsistência que Marx (2013) definiu a força de trabalho como o “bem inalienável” do ser humano. A alienação do trabalho, bem mais precioso do homem, portanto, é a alienação da sua própria vida.

Assim, o homem urbano, quando perdeu o acesso direto a terra como forma de sustento, passou a ter que vender a sua força de trabalho. Esse processo de estranhamento e de afastamento do próprio produto de seu trabalho é algo subjacente ao movimento do capitalismo que reifica e gera a coisificação das relações sociais como relações entre coisas, onde a força de trabalho humano é também mercadoria.

A centralidade do trabalho é algo fundamental na vida social. O trabalho constitui o ser social. Lukács (2013), afirma que a categoria trabalho é a categoria fundante do ser social. E o ser é fundamentalmente histórico.

Mas esse ser social, tal como defende Lukács, só existe mediante uma base orgânica e inorgânica e enquanto transforma objetivamente a natureza, transforma-se assim mesmo enquanto sujeito. Impõe-se, portanto, o trabalho, como atividade essencial para a transformação social do ser humano. (LUKÁCS, 2013) A leitura de Lukács ecoa na percepção mais contemporânea de trabalho e nas suas mais recentes formas.

Faz-se necessário apontar que as formas e os conteúdos do trabalho foram se modificando mediante às transformações históricas. Com o processo de reestruturação produtiva⁵, o trabalho vem assumindo novas feições na sociedade contemporânea estando sob o domínio de uma gestão tecnológica e informacional mais veloz, mas simultaneamente mais “perversa” no que tange à eliminação e redução dos direitos vinculados à classe trabalhadora.

⁵ O contexto atual é marcado pela reestruturação produtiva do capital e por novas formas do conflito capital x trabalho, provocando uma intensa mudança na classe trabalhadora, que se torna cada vez mais complexa e diversificada. Numa análise geográfica que busca compreender as transformações espaciais a partir do conflito, torna-se premente considerar as novas formas assumidas por essa relação e os seus efeitos na produção do espaço. Dentre eles, destaca-se a degradação ambiental e a precarização do trabalho, que atingem a classe trabalhadora como um todo.

2.2 A CATEGORIA TRABALHO NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO: A TECNOLOGIA E O TRABALHO IMATERIAL

Com o fim do século XX, novas formas de trabalho foram sendo incorporadas, de modo que, com o avanço tecnológico, sobretudo na área de comunicação, as relações de trabalho, seguindo o mesmo caminho das relações econômicas, sofreram importantes alterações, em diferentes níveis: entre empresas, empregados, governos, países, línguas, culturas e sociedades.

Os postos de trabalhos estão sendo esvaziados com a mecanização das profissões e isso tem gerado um enorme desemprego. Jacob Gorender (2007), ao avaliar os impactos da globalização nas empresas, discute os efeitos da tecnologia desde o fordismo, passando pela organização japonesa de trabalho e produção até o desemprego estrutural, que está vinculado e decorre de mundo capitalista e globalizado.

Gorender (1997) destaca a importância da introdução de novos métodos de trabalho em fábricas, implementado por Henry Ford⁶, suplantando a produção artesanal, predominante no início do século passado. Ao introduzir novos métodos de trabalho, Ford buscava a eliminação de tempo ocioso a fim de alcançar, ao mesmo tempo, grande volume de produção e custos baixos. A partir desse momento, começa a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, que hoje vem sendo substituído, cada vez mais, pela máquina.

Na modelo japonês, por sua vez, iniciado nos anos 50 na fábrica automobilística da Toyota, uma nova forma de organização do trabalho surgiu, com os grupos de trabalho ou células de produção. No momento pós-guerra era preciso inverter a lógica do método fordista: “produzir em pequena quantidade e, assim mesmo, a custos baixos, apropriados à obtenção de um produto acessível aos consumidores” (GORENDER, 1997, p 313). Até hoje, a mão de obra japonesa e chinesa são marcadas por horas exaustivas de trabalho e baixa remuneração.

⁶ Foi um empreendedor estadunidense, fundador da Ford Motor Company, autor dos livros "Minha filosofia de indústria" e "Minha vida e minha obra", e o primeiro empresário a aplicar a montagem em série de forma a produzir em massa automóveis em menos tempo e a um menor custo.¹ A introdução de seu modelo Ford T revolucionou os transportes e a indústria dos Estados Unidos. Ford foi um inventor prolífico e registrou 161 patentes nos Estados Unidos. Como único dono da *Ford Company*, ele se tornou um dos homens mais ricos e conhecidos do mundo.

Com o capitalismo avançando a nível mundial, o trabalho – em seu modo tradicional – passa a sofrer contínua desqualificação. Primeiro, pela maquinização da mão de obra com o advento da tecnologia, depois, com os processos de produção global marcados pela imaterialidade.

A desqualificação contínua do trabalho foi apontada por Gorender (1997) como inevitável frente ao avanço do capitalismo. Aqueles que permanecem empregados, hoje, precisam estar atualizados com o manejo das tecnologias e buscar um perfil participativo e polivalente. Assim, o que se pode observar, na realidade, é a exigência cada vez maior para que um único funcionário possa desenvolver a atividade de vários outros, que exerciam suas funções de forma automática. Afinal, o trabalho automático hoje é desempenhado pela máquina.

Sobre o avanço tecnológico e a substituição da mão de obra humana pelo automatismo das máquinas, é preciso destacar que esse cenário situa-se no contexto da chamada revolução informacional (também chamada de terceira revolução tecnológica), com as alterações trazidas pelo processo de globalização nas áreas de produção, nas relações de trabalho, no comércio nacional e internacional, nas finanças, na esfera política e em inúmeros aspectos da vida social. (GORENDER, 1997). Isso só reforça o valor do trabalho, que tem origem na ciência como força produtiva.

Isso implica dizer que, do ponto de vista social, o ser humano avançou da sociedade industrial para uma sociedade de serviços, em que se insere um tipo de economia pós-industrial. Para Castells (1993), uma economia informacional. Trata-se de um molde social e econômico mais acentuadamente excludente porque exige mais técnica e conhecimento, cuja maioria da população não possui.

Com a substituição do trabalho por máquinas, o indivíduo precisou se adaptar de diversas formas: trabalhando mais, adquirindo cada vez mais conhecimento, destacando-se mediante características que lhe são próprias e que a inteligência artificial ainda não alcançou. Daí a importância do trabalho imaterial.

Define-se trabalho imaterial como aquele que “produz produtos imateriais, como a informação, o conhecimento, ideias, imagens, relacionamento e afetos” (MERLO, ET AL, 2011). O trabalho imaterial, contudo, não exclui a existência de

uma classe operária que manipula máquinas e também não traduz, numericamente, a diminuição de trabalhadores agrícolas. Registra-se que as qualidades e características da produção imaterial tendem a interferir nas formas de trabalho e no meio social.

De certo modo, o impacto do trabalho imaterial torna-se maior, visto que tendem a transformar outras formas de trabalho e, de certo modo, provocar uma transformação social, extrapolando o terreno econômico. Sobre isso, Merlo (et al, 2011) destacam que:

A produção de ideias, conhecimentos e afetos não cria apenas meios através dos quais a sociedade é formada e sustentada; esse trabalho imaterial também produz diretamente relações sociais. O trabalho imaterial é *biopolítico* na medida em que se orienta para a criação de formas de vida social; já não tende, portanto, a limitar-se ao econômico, tornando-se também imediatamente uma força social, cultural e política. Em última análise, em termos filosóficos, a produção envolvida aqui é a *produção de subjetividade*, a criação e a reprodução de novas subjetividades na sociedade. (MERLO, ET AL, 2011, p. 25)

Santos (2013, p. 15), por sua vez, destaca que a imaterialidade se sobrepõe à “necessidade de mediação de objetos imateriais para que este trabalho seja efetivado enquanto utilidade”. Partindo de Marx, segundo o autor, é possível encontrar respaldo teórico para pensar o lugar do trabalho imaterial no capitalismo contemporâneo na medida em que ele representa, também, produção de valor. Assim, a nova reformulação produtiva pode se alimentar da riqueza teórica oferecida pelo pensamento marxista.

Trata-se, portanto, de uma mudança expressiva na maneira de ver o mundo mediante as formas de trabalho. Ora, como a própria configuração do trabalho imaterial faz com que ele seja realizado em conjunto, o que se pode notar é a constituição de uma rede cooperativa através das quais se constroem e se produzem novas ferramentas e novos conhecimentos.

No contexto contemporâneo, as formas de trabalho não apenas foram alteradas como também alteram o próprio cenário social, econômico e político. Mais do que uma mera função do homem diante do meio em que vive, o trabalho é um valor intrínseco que tem a função de expressão, a essência do ser humano, e suas características ligadas à personalidade.

A tecnologia contribui enormemente para o acelerado processo de diversificação da mão de obra, pois leva o indivíduo a buscar alternativas de trabalho em que o fator humano seja essencial, em tarefas as quais ainda não podem ser desenvolvidas pelos robôs. Apesar do impressionante e acelerado avanço da inteligência artificial, o fator humano ainda é indispensável. Entretanto, a acumulação flexível⁷ vem gerando um movimento de utilização desta força de trabalho de forma precária, explorando exaustivamente o conjunto dos trabalhadores no processo de produção.

2.3 O TRABALHO INFORMAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA

No momento em que a sociedade capitalista passa a ser delineada em todo o mundo, movida pelo consumo, pensadores de várias áreas passam a observar atentamente o comportamento do mercado. Mas o protagonismo do capital gera vários problemas de ordem social e surgem alternativas de negócio que procuram dar conta do interesse dos consumidores e o aumento dos lucros.

Essa sociedade é marcada por um cenário em que o trabalho aumenta e a remuneração diminui aquilo que Karl Marx (2013) chamou de *mais-valia*⁸, ou seja, a disparidade entre o salário pago e o valor do trabalho produzido.

O grande avanço tecnológico e o trabalho imaterial foram consequências de um sistema político econômico voltado para esse modo de produção. Nem tudo, entretanto, foi vantajoso do ponto de vista social. Para os trabalhadores, tais mudanças geram, em momentos de crise econômica, grandes ondas de desemprego. Além disso, com a exigência cada vez mais acentuada das empresas,

⁷ A acumulação flexível de capital, na concepção de HARVEY (1992:140), representa: um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego chamado `setor de serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de `compressão do espaço-tempo no mundo capitalista — os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado.

⁸ **Mais-valia** é uma expressão do âmbito da **Economia**, criada por **Karl Marx** que significa parte do valor da força de trabalho dispendida por um determinado trabalhador na produção e que não é remunerado pelo patrão. Também pode ser classificada como o excesso de receita em relação à despesas.

que procuram rapidez na prestação de serviços e um profissional multifuncional, boa parte da população fica à margem desse processo.

O impacto social é gigantesco: as empresas exigem cada vez mais e o apoio social à população de baixa renda, que sequer tem acesso à educação formal, diminui. Assim, resta ao trabalhador, diante de um cenário tão competitivo, buscar, na informalidade, uma forma de sobrevivência.

A grande imprensa noticiou que, em 2016, muitos trabalhadores perderam seus empregos com carteira assinada e procuraram se estabelecer no mercado informal. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), são 10 milhões de trabalhadores informais em todo o Brasil⁹. Esses dados demonstram a cruel realidade a que são submetidos os trabalhadores com pouca formação profissional e educacional: é preciso buscar alternativas de trabalho na informalidade.

2.3.1 O trabalho informal no Brasil

Define-se como trabalho informal aquele em que os profissionais exercem suas atividades sem registro na carteira – e, por não possuir vínculo empregatício, não contam com benefícios trabalhistas como férias, licença maternidade, aposentadoria e auxílio desemprego (KON, 2015). O trabalho informal foi registrado, pela primeira vez, em estudos realizados pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), no Programa Mundial de Emprego de 1972.

Kon (2015) chama atenção para o fato de que as principais linhas teóricas sobre o trabalho informal demonstram que se trata de um conceito bastante particular e que depende de aspectos sociais e econômicos para ser melhor compreendido. No caso do Brasil, observa-se que características locais fazem com que as atividades informais possuam especificidades:

As modificações nos conceitos de informalidade vêm se sucedendo historicamente, acompanhando as transformações nas economias mundiais, que levam a reformulações nas características das atividades informais. Especificamente no setor informal brasileiro, a heterogeneidade das características das ocupações e das formas de

⁹ Dados da pesquisa: <http://portalibre.fgv.br> com acesso em 18/01/2017. Noticiado em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,trabalhadores-informais-chegam-a-10-milhoes-no-pais> com acesso em 18/01/2017.

relação entre os agentes econômicos permite o reconhecimento do perfil básico destas atividades não apenas através de um conceito, porém conforme descrito de forma diferenciada por várias linhas conceituais (KON, 2015).

No Brasil, a subutilização da mão de obra e a inevitável procura pela informalidade estão relacionadas, essencialmente, a dois fatores: primeiro, a incapacidade das pessoas encontrarem a ocupação desejada ou a remuneração que atendem as suas necessidades; depois, a bruta carga tributária da legislação brasileira, que inviabiliza a incursão de trabalhadores na abertura de empresas.

Desse modo, a informalidade, que começa sendo uma alternativa para essas dificuldades, geradas pelo natural sistema competitivo de uma sociedade capitalista, termina sendo a única e viável opção para gerar o sustento da família de inúmeros brasileiros.

Muitos indivíduos procuram ganhar alguma remuneração, ainda que escassa e não constante, em sinaleiras, com vendas de lanches ou objetos diversos. Conhecido como comércio de rua, ele também se instala em esquinas e calçadas, sempre acompanhando as necessidades e concentração dos consumidores (KON, 2015).

Pamplona (2013) ressalta que o comércio de rua vem se tornando uma atividade de papel relevante na cadeia de distribuição e comercialização de produtos para a população de baixa renda das cidades, visto que oferece mercadorias a preços mais baixos e de fácil acesso. Faz, no entanto, uma ressalva: “A existência do comércio de rua não é simplesmente maléfica ou benéfica para as grandes cidades. O comércio de rua tem efeitos heterogêneos” (PAMPLONA, 2013).

Autores como Fagundes (1992), Dalbosco (1999) e Nunes (2002), no entanto, entendem que a informalidade não pode ser vista somente como atividade marginalizada, na medida em que em alguns casos é exercida por profissionais qualificados e com excelente remuneração, a exemplo de algumas baianas de acarajé em Salvador-Ba.

Não se pode ignorar as diversas razões que levam os indivíduos a exercerem a atividade informal. Em geral, não é uma escolha que o indivíduo faz, não é uma opção ser ambulante. A atividade informal é, muitas vezes, o único meio de trabalho e forma de renda para a população que não conseguiu espaço no mercado formal de trabalho. Assim, a expressão ambulante:

Designa trabalhador normalmente autoempregado que vende diretamente ao consumidor (varejo) produtos diversos (normalmente miudezas e mercadorias de mais baixo valor), ou presta serviços (normalmente de alimentação), em vias e logradouros públicos (ruas, calçadas, praças, jardins, etc.), fora de lojas, em postos, fixos ou móveis, ou de forma itinerante levando sua mercadoria junto ao corpo, com ou sem permissão oficial (PAMPLONA, 2013).

Ora, na informalidade os trabalhadores conseguem oferecer sua mão-de-obra especializada em determinada área. Observa-se que, desse modo, o indivíduo pode explorar seu potencial, sua especialidade em determinada área. Essa é, no entanto, uma triste faceta da precarização do trabalho, que pode ser entendida como um fenômeno mundial e analisada a partir de recortes, como o que é proposto neste trabalho, com os relatos de ambulantes de Itapuã, em Salvador/Ba.

3. A PRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA NO TRABALHO INFORMAL: PENSANDO A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

No modo de produção capitalista, o trabalho é a maneira como os homens sobrevivem com a venda da sua força de trabalho. Segundo Marx (2013 p. 32) “o trabalho é um processo em que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”.

Isto é, o trabalho altera o estado natural das matérias (minerais, água, sol) para melhorar sua utilidade, porém vemos que as aranhas, abelhas, fazem suas teias e colméias, e isso também é trabalho. Segundo Marx (2013), o que difere o trabalho humano do animal é que o humano pensa antes de fazer, ele figura na mente qualquer trabalho a ser realizado. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera, ele imprime ao material o projeto que tinha na consciência. Assim, o trabalho humano é consciente e proposital ao passo que o trabalho dos outros animais é instintivo.

Ainda segundo Marx (2013), o duplo caráter do trabalho é constituído pelo trabalho concreto/útil e o trabalho abstrato/social. O primeiro é aquele que produz valor de uso (dispêndio de energia física e intelectual); o segundo é aquele que produz valor da mercadoria (valor de troca/dinheiro).

Outra questão importante trazida por Marx, importante para essa reflexão, diz respeito ao fetichismo da mercadoria, que se expressa porque o homem tende a encobrir as características sociais do trabalho, isto é, quando se compra um produto, a exemplo de um carro, não se enxerga o trabalhador na linha de montagem, nem a logística para que o carro chegue até o consumidor, enxerga-se somente o carro, e esquece-se todo o processo de trabalho que gerou este produto. É possível, portanto, perceber que o trabalho útil é indispensável à natureza do homem, pois é este trabalho que produz valor de uso e é o responsável proporcionar o sustento que a vida humana necessita.

Marx (2013) acreditava que o capitalismo estava condenado e desenvolveu uma análise acerca das leis do funcionamento da sociedade. Para isso, usou três argumentos. Fundamento Moral: acreditava que as injustiças inerentes ao

capitalismo levaram à última instância as condições econômicas e sociais; Sociológico: o conflito de classes, onde em um numero decrescente de capitalistas, cada vez mais ricos, e uma crescente classe de trabalhadores cada vez mais miseráveis causou, por fim, uma revolução Social; Econômico: a acumulação de capital em mãos privadas possibilitou a abundância econômica.

Esses três argumentos, segundo Marx (2013), causariam crise, desemprego crônico e o colapso econômico do capitalismo. Nessas três visões, a idéia de conflito é salientada, respectivamente: ideal x realidade, capital x trabalho, crescimento x estagnação.

Marx (2013) acreditava que a exploração do trabalho é o ponto de partida e cita a mais-valia, a concorrência capitalista e a acumulação do capital. Enfatiza que, quando a economia prospera, as firmas proporcionam ganhos de mais-valia para seus donos, os quais reinvestem para aumentar a produção, mas essa demanda fica para trás, porque os trabalhadores não obtém a mais valia, e, conseqüentemente, não podem adquirir essa produção.

Por conta disso, ocorre a superprodução, onde há a redução da produção, os preços caem gerando desemprego, os lucros declinam e desaparece a acumulação do capital. Após a venda da superprodução os preços voltam a subir, os lucros aumentam e inicia-se a acumulação do capital, ocasionando ciclos de prosperidade e depressão.

Marx (2013) diz que, no início do capitalismo, a economia era abundante, e cita o desenvolvimento fabril e os modos de produção, ocasionando a concorrência, forçando o aprimoramento dos meios de produção. Afirma, ainda, que a segunda questão do sistema capitalista era a competição de uns pelos outros, o que levaria à exploração, ocasionando crise e desemprego, e, por fim, uma revolução social.

Na economia, a abundância seria possível, onde não haveria crise nem exploração, quando todas as pessoas seriam políticas e economicamente livres, mas isso ocorreria em uma sociedade sem classes, onde seria dado “a cada um de acordo com suas habilidades e a cada um de acordo com suas necessidades”. Tal benefício, no entanto, só seria possível no sistema socialista. (MARX, 2013)

O autor supracitado acreditava que o capitalismo se extinguiria devido ao efeito do empobrecimento, concentração do capital, aumento do proletariado, Haveria, para tanto, uma revolução social que poria fim à sociedade de classes.

A precarização social do trabalho pode, então, ser entendida como o processo de desregulamentação, flexibilização e terceirização das relações de trabalho que fragilizam a classe trabalhadora, porque não assegura direitos adquiridos pela Consolidação das Leis Trabalhistas no Brasil. A nível mundial, esse processo está intimamente relacionado com o contexto neoliberal, que tem como ideologia a redução do Estado a partir dos anos setenta aos noventa.

As transformações do trabalho, no século XX e XXI, decorrentes da globalização neoliberal, que tanto impactam sobre a classe trabalhadora causando a precarização social do trabalho e desemprego, provocam a inserção de um grande contingente de trabalhadores na informalidade visto que, com as novas configurações no mundo do trabalho, com a reestruturação produtiva, com o sistema de produção flexível, que exige trabalhadores multifuncionais, polivalentes, como esclarece Antunes (2004), pertencem a era taylorista, diferente do modelo fordista, quando os trabalhadores eram fortemente especializados, e exerciam de maneira fragmentada o modo de produção.

No Brasil, o processo de industrialização ocorreu de forma tardia, entre alguns eventos a partir de 1930, quando a economia brasileira fincava-se na economia agrária, e, a partir disto, passa a contar com o surgimento das indústrias, principalmente a têxtil, tentando se adequar ao desenvolvimento mundial, surge então a industrialização pesada, e com isto mudanças nas relações sociais e de trabalho. (SANTOS, 2012).

No período do governo populista/desenvolvimentista, que corresponde aos anos de 1933 a 1964, a economia passou do modelo agrário exportador para o Industrial, com ganhos no mundo do trabalho. Foi criado, então, o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio e a Legislação trabalhista.

Posteriormente, com o Estado Novo da era Vargas, foi instituído o salário mínimo e a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Os ganhos econômicos da Era Vargas dizem respeito ao surgimento de grandes empresas

estatais, a exemplo da Fábrica Nacional de Motores, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Vale do Rio Doce e a Hidrelétrica do Vale do São Francisco.

A era pós 1956, que corresponde ao governo de Juscelino Kubitschek (JK) foi considerado um governo estatal democrático, fomentando o desenvolvimento. Nesse contexto econômico surge então a industrialização pesada. Ressalta-se que durante o período militar pós 64, o modelo econômico foi considerado como altamente tecnocrático, centralizador e excludente, liderado pelas elites burguesas industriais, com forte presença do capital estrangeiro, especialmente o Norte-Americano.

Para Backhouser (2007), a crise estrutural do capital na década de 70 aprofundou a reorganização econômica e política na dinâmica capitalista, em um contexto de limite à expansão de níveis de lucratividade do capital e do acirramento à luta de classes, quando o capital procura restabelecer a sua hegemonia e política no contexto mundial.

A partir dos anos 90, instala-se um, padrão de Estado de dominância liberal democrática, num contexto de reformas econômicas liberais, com o Programa Nacional de Desestatização (PND) no Governo Collor de Mello, e uma intensa onda de privatizações, fragilizando as relações de trabalho, no contexto marcado por baixo crescimento, reestruturação produtiva, elevado desemprego, informalidade, hiperinflação, exclusão, precarização do trabalho e enfraquecimento dos sindicatos.

Nesse contexto, ocorrem contradições trazidas pelo capitalismo, surgem formas de proteção social para regular as relações de trabalho quando o Estado intervém no modo de produção e, conseqüentemente, nas relações sociais, propiciando então a chamada “cidadania regulada” para os trabalhadores. Nem todos, contudo, eram beneficiados, ficavam fora desse processo os trabalhadores que não contribuíam com a previdência social, a exemplo dos empregados domésticos, camponeses e autônomos.

Diante dessa realidade, ocorreram crises econômicas que, ao longo dos anos, trouxeram momentos de desemprego, já que no Brasil não foi possível obter as

vantagens de Bem Estar Social (*Welfare State*¹⁰) implementadas nos países europeus, quando o Estado interveio na economia, proporcionando a defesa de seus cidadãos e universalizando direitos à saúde, educação, seguro desemprego, isto é, medidas que garantiam estabilidade e pleno emprego da era fordista.

Com a Constituição Federal de 1988, o mundo do trabalho teve avanços, quando foram ampliados os direitos trabalhistas e estabelecida a Jornada de trabalho de 44 horas semanais. Nesse processo, foram incluídos os trabalhadores urbanos e rurais, foi também garantido o seguro desemprego involuntário, e o direito de greve, que havia sido negado no período Militar.

Na contramão da Constituição Federal Brasileira de 1988, entrou em vigor na América Latina um momento de intensa precarização, flexibilização, informatização e desregulamentação das relações de trabalho, que se expressou na diminuição de proteção ao trabalhador. Neste momento, o país passou a uma nova etapa: economia fragilizada, baixa capacidade de geração de emprego e o fomento da reestruturação produtiva, que, conseqüentemente, reforçou a informalidade e o desemprego.

Santos (2012) acredita que a ampliação do papel do estado na regulação da economia também precisa ser particularizada no caso brasileiro. Para autora, o Estado cumpriu tarefas semelhantes às implementadas no fordismo clássico porque expandiu o capital privado, e teve uma intervenção direta na economia, ao passo que não deixou de cumprir outras de caráter social. Para Mattoso (1995. p. 123) “[...] O Estado Nacional manteve um padrão de intervenção social de baixos resultados e efeitos compensatórios ou distributivos, caracterizado por uma postura “meritocrática particularista””.

Keynes (1982), por sua vez, defende que a economia sustenta o poder regulatório do Estado na economia, pois há necessidade da intervenção para maior

¹⁰**Estado de bem-estar social, Estado-providência** ou **Estado social** é um tipo de organização política e econômica que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia. Nesta orientação, o Estado é o agente regulamentador de toda a vida e saúde social, política e econômica do país, em parceria com sindicatos e empresas privadas, em níveis diferentes de acordo com o país em questão. Cabe, ao Estado do bem-estar social, garantir serviços públicos e proteção à população. Os Estados de bem-estar social desenvolveram-se principalmente na Europa, onde seus princípios foram defendidos pela social-democracia, tendo sido implementados com maior intensidade nos Estados Escandinavos (ou países nórdicos, tais como Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia).

e melhor controle monetário e fiscal. Diz, ainda, que na economia tem que haver controle entre investimento e poupança, e que se aquilo que se guarda for maior do que o que se investe, haverá crise e desemprego. Keynes (1982) discorda do princípio de Adam Smith de que existe a “mão invisível” que equilibra o mercado. Ele sustenta que o sistema capitalista é o sistema mais eficiente que a humanidade já teve.

3.1 A PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO

No capitalismo contemporâneo, observa-se o advento da reestruturação produtiva que tem origem no modo de trabalho flexível, isto é, medidas adotadas pelo governo a partir dos anos 90 quanto à regulação do mercado de trabalho com o intuito de facilitar com a contratação de mão de obra favorecendo o empresariado. A denominação “capital Flexível” é atribuída ao geógrafo David Harvey, estudioso do marxismo para expressar as novas configurações de circulação do capital na contemporaneidade, o capital flexível está vinculado ao projeto econômico neoliberal contribui para o desemprego, subemprego e a informalidade. Para Santos (2012):

Além de um mercado de trabalho flexível, com força de trabalho abundante e barata, o desemprego no Brasil veio acompanhado do baixo nível de proteção social. Mesmo antes do discurso neoliberal de redução do Estado, não havia medidas de atendimento aos desempregados e trabalhadores informais. Eles já eram portadores da descontinuidade e da focalização típica do processo atual de “refilantropização” da questão social. (SANTOS, 2012. p 27).

A “questão social” mencionada pelo autor se expressa pela pobreza, desemprego, violência, subemprego, violação de direitos. Esta última, fruto das contradições inerentes ao sistema capitalista, que necessita de pobreza e exclusão social para se reproduzir. Para lamamoto (2001, p. 29), a questão social é entendida como “o conjunto de expressões das desigualdades sociais inerentes à sociedade capitalista, cuja gênese se deve à acumulação capitalista na medida em que esta aumenta a capacidade de produzir riquezas e, ao mesmo tempo, também reproduzir, contrariamente, pobreza”.

A economia neoclássica, por sua vez, sustenta e defende a não intervenção do Estado na economia. Afirma que o “*homus economicus*”¹¹ sabe como administrar

¹¹ É uma ficção formulada segundo procedimentos científicos do século XIX que aconselhavam a fragmentação do objeto de pesquisa para fins de investigação analítica. Os economistas assumiram

os recursos escassos, partindo do princípio que na economia existe a “mão invisível”, que faz com que haja o controle e demanda de mercado. Assim, se a oferta de carne bovina aumenta, o preço cai.

Esse modelo reforça que a economia deve ser livre, pois o homem é livre e por isso faz escolhas. Pode escolher, por exemplo, se graduar em filosofia x psicologia, existindo a concorrência, fazendo com que o capitalista melhore seus modos de produção objetivando o lucro. Este modelo de economia pressupõe, ainda, a intervenção do Estado quando da necessidade de políticas sociais.

Percebe-se, então, que a semelhança entre a economia keynesiana e neoclássica é a exploração que gera mais valia e o favorecimento da acumulação do capital. O capitalismo flexível, fomentado pelo liberalismo, reforça o padrão de acumulação, que gera lucro e fragiliza a classe trabalhadora, causando a precarização do trabalho, quando o trabalhador concorre ao mundo do trabalho com um grande contingente de “exército industrial de reserva”. Este, fragilizado em sua luta de classe para si, se vê obrigado a sobreviver através da informalidade.

O neoliberalismo tem como ideologia a redução do Estado. Para frear as políticas de Bem Estar Social, na Europa e na América do Norte, ocorreu no Brasil a partir da década de 70 e se intensificou nos anos 90 no Governo de Fernando Collor de Mello, tem como finalidade reduzir o déficit orçamentário, por intermédio da deflação, desmontagem dos serviços públicos e da privatização das empresas. O ideário neoliberal considera positiva a desigualdade social entre as pessoas na sociedade e culpabiliza os sujeitos pela situação em que se encontram.

Antunes e Alves (2004, p. 337), no texto “As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital”, apontam várias mutações na objetividade e subjetividade no mundo do trabalho. Entendem, os autores, que o trabalho se encontra em um processo multiforme, destacando várias tendências. Tais tendências são: a utilização da mão de obra do trabalho feminino; a exclusão dos jovens; a exclusão dos idosos em idade próxima de 40 anos, exploração de trabalho infantil nas mais diversas partes do mundo e atividades produtivas.

que o estudo das ações econômicas do homem poderia ser feito abstraído-se as outras dimensões culturais do comportamento humano: dimensões morais, éticas, religiosas, políticas, etc., e concentraram seu interesse naquilo que eles identificaram como as duas funções elementares exercidas por todo e qualquer indivíduo : o consumo e a produção.

Em relação ao trabalho feminino, há uma característica marcante do trabalho *por-time*, precarizado e desregulamentado, e com remuneração inferior à dos homens, além de terem seus direitos sociais e de trabalho desiguais. Os homens também exercem cargos de maior destaque em relação às mulheres, seja no aspecto intelectual ou financeiro.

Como não se integra direito, o jovem e pequeno aprendiz no mercado de trabalho, quando atinge a idade laboral, termina ingressando no trabalho informal. Os idosos por sua vez, excluídos do mercado de trabalho, não conseguem a sua reinserção. Neste caso, Antunes (2004) destacam que o mundo do trabalho despreza os herdeiros da “cultura fordista”, onde os trabalhadores eram especializados, e absorve o trabalhador polivalente e multifuncional da era taylorista. Outra tendência a que os autores se referem é da inserção de crianças no mundo do trabalho, nas diversas atividades produtivas.

No encontro sobre a Associação Internacional dos Trabalhadores no dia 31 de outubro de 2012 que ocorreu no auditório da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA), houve um debate sobre o tema AIT e os novos desafios: Sindicalismo, Gênero e Classe. Na ocasião, Ricardo Antunes fez parte da mesa e comentou sobre os suicídios com alguns trabalhadores da Motorola, quando estes têm que cumprir metas exageradas. O trabalhador, muitas vezes, adocece, porque é visto por seus pares como incompetente, incapaz.

Ele também se referiu à superexploração a que estão acometidos os trabalhadores de telemarketing no Brasil, quando eles têm metas para cumprir, com 150 a 180 ligações por dia e 100 vendas por funcionário. Cumprem Jornada de trabalho de 6 horas e só têm direito a intervalo de 20 minutos. Antunes também mencionou as mudanças socioeconômicas e espaciais. Trouxe, como exemplo, os trabalhadores Indianos, referência em Call Centers, pois prestam serviços de telemarketing para muitas empresas americanas.

Raquel Raicchelis, no XVI seminário do Serviço Social, no HUPES, no dia 09 de junho de 2017, no salão da reitoria da UFBA (Canela), também discutiu a precarização do trabalho. A conferencista discorreu sobre “Os desafios para o trabalho do assistente social na atualidade”. Raichelis iniciou o debate afirmando

que o grande capital financeiro quer o poder todo anulando as conquistas históricas, e citou o desaparecimento do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social).

Referiu-se também à supressão da classe trabalhadora e à PEC 241¹², que congela gastos sociais por 20 anos, comentou sobre a intenção do atual governo da Presidência da República sob o comando de TEMER, ressaltando o movimento de desvincular o BPC (Benefício de prestação continuada) ao salário mínimo, e, sobre a revisão da CLT, constituída desde os anos 30/40, e de todas as conquistas históricas desde a Constituição Federal de 1988.

Para Raichelis, as políticas sociais servem para garantir as condições necessárias do capital, mas não atendem as necessidades especiais e coletivas. Disse ainda que a reestruturação produtiva no Brasil e no mundo desde os anos 70 criou novas formas de organização do trabalho, que esse processo tem a hegemonia do capital financeiro e é a expressão de uma nova etapa para recompor as novas taxas de lucro que acontece através do processo de superexploração que visa economizar trabalho vivo e ampliar o trabalho morto, com novas tecnologias, e novas formas de controle e gestão para reduzir custos e colocar o ônus para os trabalhadores.

Raichelis entende que a redução do trabalho industrial, ampliou o trabalho na área de serviços e o desemprego, com clivagens e recorte de gênero, classe e etnia. Para ela, o trabalho desqualificado é exercido por jovens e mulheres, principalmente negras, e considera que essas mudanças ampliam a nova gestão dentro desta perspectiva.

Raichelis falou também da flexibilização do trabalho, das diferentes formas de terceirização (tempo parcial), faz referência a Graça Druck “essa precarização é diferente e mais ainda num país escravista”. Constata, assim, que estamos vivendo hoje um processo de precarização profundo, multifacetado, que confirma a precarização social do trabalho, e ela não ocorre somente no âmbito do trabalho, mas em todas as dimensões, a exemplo da família e relações sociais, e atinge o conjunto da classe trabalhadora, impactando nas políticas sociais, que se relacionam intimamente com o trabalho, e se espalha pelas instituições e pelos serviços

¹² Limita os gastos públicos em áreas importantes, como saúde e educação, pelos próximos 20 anos.

públicos. Lembra que isso não acontece só no “chão da fábrica”, se apresenta no nosso cotidiano das relações de trabalho.

Evandro Moura Lima, em palestra no dia 03 de novembro de 2012, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), também discutiu a precarização do trabalho e as Políticas Públicas. O palestrante discorreu sobre a reforma trabalhista no Brasil e no mundo, destacando o seu início, com o Fordismo. Disse, ainda, que nos anos 90 o Estado passou a fazer a intermediação entre Capital e Trabalho, o que permitiu o aumento do salário e novos postos de trabalho. Pontuou que nos anos 90 a 94, no governo de Fernando Collor de Melo e Itamar Franco, a reforma trabalhista não apresentou força, que só melhorou no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e que a Presidente Dilma Rousseff estava dando continuidade a esse processo.

Assim, é necessária a realização de um estudo atento para saber como se configuram as relações de emprego e as dificuldades enfrentadas por essa classe de trabalhadores que vivem da informalidade, sobretudo do ponto de vista social.

O modo de produção capitalista de se comportar tem como base universal o dinamismo das forças produtivas, mas paradoxalmente impede a aproximação universal da riqueza humana desenvolvida. Tal feito realiza-se à custa dos trabalhadores, criando modos que se constitui pela afirmação e negação de si mesmo. Trata-se de um modelo econômico regido pelo modo mercantil, que produz comportamentos coisificados, que se expressa na valorização da posse material, quando o indivíduo tem que ter dinheiro, pois se não tiver, não é visto com virtudes.

Diante de bens materiais, o homem virtuoso é estimulado ao consumo, como a posse da melhor casa, do melhor carro, do melhor celular, ignorando no indivíduo as qualidades, o afeto e a capacidade. Assim, cria-se uma cultura de competitividade, o homem se torna imediatista, egocêntrico, percebendo a sociedade a partir do eu, buscando satisfazer apenas seus desejos.

Antunes (2004), ao tratar das novas configurações do trabalho, defende a tese de que a sociedade do capital e sua lei de valor necessitam cada vez menos do trabalho estável, e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial, *part-time* e terceirizado. Isso é trabalho precarizado. Para o referido autor, o capital não

pode eliminar o trabalho vivo – o efeito do trabalho em si e que é realizado pelo trabalhador, para confeccionar determinado produto. Por conta disso ele intensifica os meios de produção – máquinas, tecnologia – (trabalho morto). Sabe-se que é o efeito do trabalho vivo, isto é, a ação da força de trabalho que transfere o valor contido nos meios de produção ao produto, como também a criação de novos valores, que são realizados por intermédio da venda das mercadorias proporcionando a extração da mais valia.

Antunes (2004) não acredita que a categoria trabalho deixe de existir, mesmo com o aprimoramento das tecnologias, porque o homem não pode substituir o robô, mesmo porque o capital precisa da classe operária para se reproduzir, isto é, o robô não consome, caso isso acontecesse, poderia ocorrer um colapso na economia. Acrescenta, ainda, que a ciência é importante, mas as máquinas não podem substituir os trabalhadores, porque são eles que dão manutenção às máquinas, e por conta dessa interação há uma transferência de parte dos seus atributos para elas. Assim, o capital necessita de trabalhadores multifuncionais e competentes para serem explorados com mais intensidade.

‘Há ainda uma tendência da sobreposição entre o trabalho material e o trabalho imaterial (que não gera um produto concreto), a exemplo de carros, eletrodomésticos etc., e que estão diretamente ligados ao trabalho intelectual, como acontece com o marketing, o serviço de limpeza, logística, pessoas que, enfim, auxiliam para que o trabalho material ocorra de maneira satisfatória. Essa tendência é preponderante nos setores mais avançados como o de comunicações e atividades industriais mais informatizadas:

As capacidades dos trabalhadores ampliarem seus saberes (...) torna-se característica decisiva da capacidade de trabalho em geral. E não é exagero dizer que a força de trabalho apresenta-se cada vez mais como força inteligente de reação às situações de produção em mutação e o equacionamento de problemas inesperados. (ALVES E ALMEIDA, 2009, p. 160)

Então, percebe-se que essa tendência é mais uma característica utilizada pelo sistema de produção para a o capital se reproduzir. No prefácio de *Adeus ao Trabalho*, Antunes (1998) questiona se a classe que vive do trabalho está desaparecendo, se o operário fabril da época do fordismo não é mais referência e relevância do Ser Social que trabalha. Traz, também, o questionamento de como os

trabalhadores e sindicatos lidam com essa realidade hoje, e indaga se a sociedade contemporânea “não é mais dotada de estatuto de centralidade, no universo da práxis humana” (ANTUNES, p.18). O argumento de Antunes é pertinente, porque com toda a tecnologia, e com a tendência do trabalho artificial, é de fundamental importância o trabalho humano, porque é o homem que cria o próprio robô e é este que dá manutenção às inovações tecnológicas, além de consumir os bens socialmente produzidos. Caso não houvesse consumo, a economia entraria em colapso.

Nos anos 80 ocorreram transformações profundas nos processos de produção que não mais se utiliza do modelo de produção em massa cronometrado (fordista) e sim do modelo flexível de produção, objetivando maior produtividade (toyotismo).

Ensaia-se modalidades de desconcentração industrial, buscam-se novos padrões de gestão de força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de qualidade (CCQs), a gestão “gestão participativa”, a busca da “qualidade total”, são expressões visíveis não só no mundo Japonês, mas em vários países do capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado. (ANTUNES, 2004, p.24).

No modelo Toyotista de produção ocorrem também mudanças transitórias de produção e mudanças nos direitos do trabalho, que são desregulamentados e flexibilizados. As empresas passam a descentralizar seus polos produtivos, assumindo um modelo horizontal, assim, não fabricam todas as peças utilizadas na fabricação de seus produtos.

Assim, é preciso entender a precarização social do trabalho como reflexo das transformações do trabalho no contexto da globalização neoliberal e da reestruturação produtiva nas últimas décadas, juntamente com os processos de flexibilização e desregulamentação. Trata-se, enfim, de uma estratégia de dominação em que o capital se utiliza da força e do consentimento como recurso, segundo Drucker (1964, p. 5), “para viabilizar um grau de acumulação sem limites materiais e morais”.

Martins (2015), ao tratar da terceirização e precarização social do trabalho, chama a atenção para o grande número de trabalhadores terceirizados que ocupam inúmeros postos de trabalho hoje no Brasil, o que traz dificuldades para a efetiva

garantia de direitos trabalhistas e, desse modo, deveria ser utilizado apenas de forma excepcional.

Assim, o valor social do trabalho fica restrito e não supõe a realização de um trabalho digno, ferindo os princípios constitucionais em favor do capital e em detrimento do trabalho. A vida, então, fica reduzida, visto que a produção em rede, marca da gestão toyotista, valoriza o capital o aumenta a velocidade dos circuitos vitais do organismo social. Sua consequência imediata é o desemprego e a informalidade. (MARTINS, 2015)

3.2 REFLEXÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA NO TRABALHO INFORMAL

Na atual conjuntura, é comum, sobretudo nas grandes cidades, um grande número de pessoas que exercem atividades precárias, que atuam por conta própria ou, ainda, possuem um trabalho assalariado sem carteira assinada, sem vínculos empregatícios, ou que tenha garantidos seus direitos trabalhistas.

Esses trabalhadores abrem mão dos seus direitos em nome da sobrevivência e, por isso, muitas pessoas ocupam atividades precárias. Segundo Alves e Almeida (2009), a realidade do trabalho precário e informal no Brasil não é nova, nos anos 60 e 70 essas atividades já eram estudadas como típicas dos países subdesenvolvidos. Desse modo, “a formação de um trabalho nos moldes clássicos sempre conviveu ao lado de uma mão-de-obra “desqualificada”, trabalhando na informalidade”. (ALVES E ALMEIDA, 2009. p. 239)

A suposta flexibilidade mascara a violência a que são acometidos esses trabalhadores, no caso da terceirização. Os demais trabalhos, que sequer possuem carteira assinada, como no caso dos ambulantes, são ainda mais precários porque essas pessoas estão sujeitas, ainda, a intempéries do tempo e a violência das ruas, que, em geral, é o seu local de trabalho.

Na rua, os ambulantes sofrem, ainda, com a falta de estabilidade econômica e a falta de um espaço físico que lhes proporcione algum conforto para trabalhar. Além disso, eles estão sujeitos às várias fiscalizações realizadas pelos órgãos competentes e não conseguem dar conta das multas e da tributação que lhes é cobrada.

Vale ressaltar que, historicamente, a região nordeste, no período colonial, teve papel importante na economia do país, na medida em que servia como ponto estratégico para escoar a matéria-prima para a Europa – cana de açúcar, ouro – além de se inserir como um grande pólo na primeira fase da industrialização. Assim:

O primeiro arranco industrializante brasileiro, que se verifica no último quartel do século XIX, abrangia também o Nordeste. Além da “modernização” na economia açucareira (transformação de engenhos em usinas ou simplesmente a instalação destas), a região passava a contar, inclusive, com uma importante indústria têxtil, alimentada pela própria matéria-prima local (TAVARES, 2004, p. 20)

O Nordeste, porém, perdeu esse status para a região sudeste principalmente com a chegada dos colonos, e com o avanço da industrialização cafeeira. Hoje, dadas às mudanças socioeconômicas e espaciais as empresas podem instalar seus pólos produtivos nessa região, se forem dados incentivos fiscais ou se for necessária para sua logística. Porém, é na região sudeste que se encontra o maior parque industrial brasileiro. Santos (2012) assevera que:

A profunda desigualdade social e a concentração de renda são características brasileiras que se exacerbam no Nordeste e confluem para a construção do panorama atual da região. Os péssimos indicadores de pobreza, analfabetismo, violência, etc., além do baixo rendimento, maior precarização do trabalho e alto nível de dependência dos programas de transferência de renda verificados nessa região são resultantes da forma de inserção do Nordeste na dinâmica capitalista brasileira. (SANTOS, 2012, p. 32)

A violência com os ambulantes, no contexto da cidade de Salvador, ainda é mais preocupante, haja vista a atual crise financeira e a instabilidade política do país nos últimos meses. Serão trazidos relatos que comprovam a experiência do trabalho informal e precário dos ambulantes do bairro de Itapuã para a discussão a respeito dessas questões.

4. ANÁLISE DE RELATOS

Para compreender melhor a precarização social do trabalho de maneira prática, foram realizadas entrevistas com trabalhadores do comércio informal em Itapuã, que aconteceram durante dois dias, no turno vespertino, no espaço de trabalho dos ambulantes. Dos nove entrevistados, cinco foram entrevistados no primeiro dia. O restante na tarde do dia seguinte. Os entrevistados se encontram instalados na Av. Dorival Caymmi, nas proximidades da Sereia de Itapuã, somente duas entrevistadas tem suas barracas funcionando na Praça Dorival Caymmi, em frente à Igreja Nossa Senhora da Conceição em Itapuã.

Os endereços supracitados são áreas de grande fluxo de pessoas, onde estão localizados os pontos de ônibus para o centro da cidade, subúrbio, e também no sentido Estação Mussurunga, São Cristóvão, Aeroporto, Lauro de Feitas e Litoral Norte. Nesta localidade funcionam também as lojas de eletrodomésticos, sapatarias, farmácias, isto é, o comércio em geral.

Abaixo, a descrição das 9 entrevistas¹³:

PERGUNTAS	1º ENTREVISTADO
Nome	Paula Alves
Sexo	Feminino
Raça/ Cor	Branca
Idade	19
Religião	Católica
Escolaridade	Ensino médio completo
O que o levou a entrar no trabalho informal	Trabalho com meu cunhado e informação, pra ajudar ele aqui
Há quantos anos trabalha como ambulante	1 mês
Quantas horas a sua barraca funciona diariamente	Das 9 às 7e meia, o horário que eu saio
Quantas pessoas trabalham na sua barraca	Duas (2)
Você assina a carteira de trabalho desses ajudantes	Não

¹³ Os nomes são fictícios

Antes de ser ambulante você trabalhava onde	Trabalhava com minha mãe, na rua
Você enfrenta violência no seu trabalho?	Não vejo não, não
Como os trabalhadores da sua barraca fazem as necessidades fisiológicas	Muita paquera aqui, Ra Ra eu não vou no banheiro não, eu vou no banheiro em casa. não, não vou não, em lugar nenhum, só vou em casa.O dia todo ai

PERGUNTAS	2º ENTREVISTADO
Nome	Carla dos Santos
Sexo	Feminino
Raça/ Cor	Parda
Idade	21
Religião	Católica
Escolaridade	Ah, eu não completei ainda não vii, eu ainda estou na 5ª série, completei não
O que o levou a entrar no trabalho informal	As condições né? Financeiras... Não conseguia arranjar trabalho, só consegui assinar a carteira uma vez só... botando currículo, botando currículo, mulé, e não consegui, ai tive que vim trabalhar aqui, né? a única opção que tive...
Há quantos anos trabalha como ambulante	Quantos anos? Vai fazer um ano...
Quantas horas a sua barraca funciona diariamente	É... essa barraca funciona 24 horas, só que eu trabalho 8 horas só...
Quantas pessoas trabalham na sua barraca	Trabalha 4 pessoas, 4 meninas.
Você assina a carteira de trabalho desses ajudantes	Não mulé, Ra Ra, não assina não, é trabalho normal sem assinar
Antes de ser ambulante você trabalhava onde	Eu trabalhava num restaurante de auxiliar de sushiman
Você enfrenta violência no seu trabalho?	Ah, enfrento um bocado de maluco que aparece aqui para comprar, às vezes chega aqueles povo bebo drogado, atenta meu juízo, ai fico maluca , á tem hora que dá vontade de ir embora desse trabalho, de não trabalhar mais aqui, porque esse trabalho me dá um nervosismo viu , boto currículo e não consigo trabalhar, eu não consigo

	não.Queria arranjar outro melhor né .
Como os trabalhadores da sua barraca fazem as necessidades fisiológicas	Pago 2 reais nos bares

PERGUNTAS	3º ENTREVISTADO
Nome	Carlos dos Santos
Sexo	Masculino, com certeza
Raça/ Cor	Moreno
Idade	Hoje eu tenho 58 anos
Religião	Visito muito a igreja, mas eu ainda sou católico
Escolaridade	Eu tenho só o 4º ano primário
O que o levou a entrar no trabalho informal	Hoje em dia pode ser pela estilo da idade e o desemprego que está muito grande
Há quantos anos trabalha como ambulante	Num período de uns, uns 4 anos mais ou menos
Quantas horas a sua barraca funciona diariamente	Hoje, hoje mais ou menos eu trabalho umas 10 horas por dia, 12 horas por dia
Quantas pessoas trabalham na sua barraca	No momento 1, mas tem momento que chega a 2/3
Você assina a carteira de trabalho desses ajudantes	Não porque é só eu e a esposa, quando eu saio, minha esposa fica
Antes de ser ambulante você trabalhava aonde	Eu prestava serviço à Ebal cesta do povo , 20 anos já.
Você enfrenta violência no seu trabalho?	De jeito nenhum... hehehe... de jeito nenhum... Deus é mais.
Como os trabalhadores da sua barraca fazem as necessidades fisiológicas	Geralmente pago, a gente paga 2 reais em cada um banheiro que a gente vai aqui. Hoje temos o mercado né, mercado daqui de Itapoã, lá no mercado não cobra, mas geralmente a gente usa o banheiro particular é 2 reais.

PERGUNTAS	4º ENTREVISTADO
Nome	Patricia Araújo
Sexo	Feminino
Raça/ Cor	Parda
Idade	35

Religião	Católica
Escolaridade	Ensino médio
O que o levou a entrar no trabalho informal	É falta de, como diz, a escolaridade mesmo, eu não estudei, não completei os estudos... aí é falta de opção.
Há quantos anos trabalha como ambulante	12,12 anos
Quantas horas a sua barraca funciona diariamente	Mais de doze horas por dia.
Quantas pessoas trabalham na sua barraca	Só eu
Você assina a carteira de trabalho desses ajudantes	Não
Antes de ser ambulante você trabalhava aonde	Casa de família, trabalhei de auxiliar de costureira vários tipos, até chegar a ter minha banca.
Você enfrenta violência no seu trabalho?	Demais.
Como os trabalhadores da sua barraca fazem as necessidades fisiológicas	Eu moro perto, procurei morar perto do trabalho para ficar tudo mais fácil.

PERGUNTAS	5º ENTREVISTADO
Nome	Márcia Santos
Sexo	Feminino
Raça/ Cor	Parda
Idade	29
Religião	Católica
Escolaridade	Primeira, completa
O que o levou a entrar no trabalho informal	O desemprego
Há quantos anos trabalha como ambulante	Há 20 anos
Quantas horas a sua barraca funciona diariamente	12 horas
Quantas pessoas trabalham na sua barraca	Só eu
Você assina a carteira de trabalho desses ajudantes	Não
Antes de ser ambulante você trabalhava aonde	Em lugar nenhum, trabalhava em casa mesmo.

Você enfrenta violência no seu trabalho?	Com certeza, muitas, verbal, psicológico tudo isso.
Como os trabalhadores da sua barraca fazem as necessidades fisiológicas	Só à noite, e é bem difícil, agora mesmo eu tou procurando um lugar, não tem banheiro, o mercado já fechou, fecha 5 horas da tarde, não tem um banheiro químico , não tem nada, muito ruim.

PERGUNTAS	6º ENTREVISTADO
Nome	Carla Bonfim
Sexo	Não sou sapatona não
Raça/ Cor	Morena
Idade	68
Religião	Religião é católica rá rá
Escolaridade	Até a primeira série, naquele tempo era ABC, era cartilha... ahahah... eu passei para o segundo livro , segundo ano, a gente chamava segundo ano, então é isso ai...
O que o levou a entrar no trabalho informal	Os pessoal que, a precisão que obrigou, eu tava com o marido doente a primeira vez, a gente tava na casa de um senhor era patrão não tinha nada, ai ele eu fiz a queixa com ele. Ele disse olha a senhora pega aí um jambo aí na roça, o marido tinha feito uma roça de aipim, ranca uns aipim aí a senhora leva e vende quando nada compra 2 quilos de farinha isso eu fiz, e desse dia pra cá começou a vender e gostei e não sai mais... hahaha
Há quantos anos trabalha como ambulante	De 71 pra cá é uns 40 e tantos anos né
Quantas horas a sua barraca funciona diariamente	Trabalha todos os dias só tem um dia que não trabalho aqui.
Quantas pessoas trabalham na sua barraca	De 7 horas até 6 da noite, agora mesmo eu tou arrumando pra ir embora.
Você assina a carteira de trabalho desses ajudantes	Não.
Antes de ser ambulante você trabalhava aonde	Não, trabalhava assim, casa de família , lavava, passava, agora já sai.
Você enfrenta violência no seu trabalho?	Não, violência só quando nego quer me roubar. Eu saio, enquanto vou ali que volto nego já guentou o que é meu.

Como os trabalhadores da sua barraca fazem as necessidades fisiológicas	Eu vou no banheiro ai do mercado por enquanto tá limpo né, graças a Deus, não tou encontrando sujeira não.
---	--

PERGUNTAS	7º ENTREVISTADO
Nome	Marta Conceição
Sexo	Feminino
Raça/ Cor	Parda
Idade	54 anos
Religião	Católica
Escolaridade	2º grau completo
O que o levou a entrar no trabalho informal	Falta de emprego
Há quantos anos trabalha como ambulante	Há 1 ano
Quantas horas a sua barraca funciona diariamente	Normalmente das 16 a meia noite
Quantas pessoas trabalham na sua barraca	2 pessoas
Você assina a carteira de trabalho desses ajudantes	No momento não assina a carteira
Antes de ser ambulante você trabalhava aonde	Rede hoteleira
Você enfrenta violência no seu trabalho?	Não até o momento não, nesse período que eu trabalho aqui é tranquilo.
Como os trabalhadores da sua barraca fazem as necessidades fisiológicas	No momento vou no banheiro próximo
PERGUNTAS	8º ENTREVISTADO
Nome	Mário Santos
Sexo	Masculino
Raça/ Cor	Negra
Idade	50 anos
Religião	Evangélico
Escolaridade	8ª série
O que o levou a entrar no trabalho informal	Bem, devido à dificuldade dos negócios, né? Então eu tive dificuldade de encontrar emprego. Eu tinha uma profissão por motivo de má circulação,

	<p>trabalhava em pé, não pude continuar trabalhando, então eu resolvi criar o meu próprio emprego, aí passei a trabalhar como ambulante, como ambulante estou até hoje. Guentando muitas dificuldades, porque devido à falta do emprego, né? Com emprego a gente tem uma tranquilidade maior e segurança. Sendo por conta própria, é mais difícil e a gente não tem segurança nenhuma, mas devido as dificuldades que eu tenho encontrado, a solução foi essa, então por isso eu optei pra trabalhar como ambulante.</p>
Há quantos anos trabalha como ambulante	<p>Eu trabalho como ambulante há cerca de 10 anos, desde quando eu parei a minha atividade que eu tinha antes como cabeleireiro, então eu comecei a trabalhar como ambulante e continuo até hoje buscando sempre um emprego, uma coisa mais segura, mas até o presente momento ainda está sendo viável manter essa atividade trabalhando como ambulante.</p>
Quantas horas a sua barraca funciona diariamente	<p>Bem na verdade minha barraca funciona 24 horas, eu não fico 24 horas, mas eu trabalho cerca de 15 horas por dia.</p>
Quantas pessoas trabalham na sua barraca	<p>Bem, envolvendo a minha barraca, eu tenho cerca de 4 pessoas que trabalham, além de mim</p>
Você assina a carteira de trabalho desses ajudantes	<p>Não, até hoje não foi possível assinar a carteira, porque na verdade a renda é baixa, eu vivo sempre em busca de pessoas que enfrente dificuldades como e que, tem uma certa necessidade de trabalhar e para ganhar o pão, então por esse motivo essas pessoas trabalham comigo sem a carteira assinada.</p>
Antes de ser ambulante você trabalhava aonde	<p>Eu trabalhei num salão de beleza durante cerca de 15 anos como cabeleireiro , mas como eu falei antes , devido a dificuldade de circulação de poder ficar muito tempo em pé ai eu tive que abandonar a minha profissão .</p>
Você enfrenta violência no seu trabalho?	<p>Às vezes porque a gente trabalha diante do público né? Na rua aberta, então há muita violência aqui. Por exemplo, no</p>

	nosso bairro, na cidade do Salvador, por esse motivo algumas pessoas agem com violência, a gente tem que ter sempre um joguinho de cintura, saber amenizar, saber levar as coisas, relevar as coisas, então a gente enfrenta, realmente algumas dificuldades nessa área, mas até então não temos outra alternativa.
Como os trabalhadores da sua barraca fazem as necessidades fisiológicas	Bem às vezes até por uma necessidade a gente se sente obrigado a ter um espaço além daquele espaço da nossa barraca, então eu tenho um lugar onde eu chamo de sede que é onde a gente faz as nossas necessidades, eu pago um aluguel, e nesse local, tem um sanitário e a gente usa também o sanitário.

PERGUNTAS	9º ENTREVISTADO
Nome	Ana Lima
Sexo	Feminino
Raça/ Cor	Negra
Idade	59
Religião	Católica
Escolaridade	primeiro grau
O que o levou a entrar no trabalho informal	o desemprego
Há quantos anos trabalha como ambulante	26 anos
Quantas horas a sua barraca funciona diariamente	eu fico aqui das 4 da tarde até às 10 horas da noite
Quantas pessoas trabalham na sua barraca	sou eu e meu filho que me ajuda, que está desempregado também e não conseguiu nada , nem jovem aprendiz, não conseguiu ainda, tem quase 2 nos procurando, e não consegue.
Você assina a carteira de trabalho desses ajudantes	Não
Antes de ser ambulante você trabalhava aonde	há trabalhava no comércio a última loja que eu trabalhei foi a Loja Esplanada, tem 25 anos que eu saí de lá
Você enfrenta violência no seu trabalho?	violência aqui tem muita, agora graças a Deus nunca me incomodaram não,

	nunca mexeram comigo não
Como os trabalhadores da sua barraca fazem as necessidades fisiológicas	de segunda a sábado eu vou na padaria, mas domingo a gente vai ai procurando um lugar , porque nem um banheiro químico aqui não tem, e o mercado quando dá 4 horas fecha o portão, até dia de semana 4 horas da tarde fecha o portão e ai ninguém mais entra.

O primeiro ambulante entrevistado (Paula Alves) se autodeclarou do sexo feminino, e não é proprietária da barraca, ela trabalha para um cunhado. No momento da entrevista demonstrou timidez, mas foi solícita, respondeu a todas as perguntas, fez confusão ao responder a pergunta número catorze (Como os trabalhadores da sua barraca fazem as necessidades fisiológicas?). O que se destaca na entrevista de Jenifer é o fato da mesma passar o dia inteiro trabalhando de 9:00h às 19:00h sem ter onde fazer suas necessidades fisiológicas, o que confirma a precariedade do trabalho exercido por aqueles ambulantes.

A segunda entrevistada (Carla dos Santos) é empregada da barraca, foi solícita se mostrou alegre durante toda a entrevista. Respondeu a todas as perguntas. Em um dado momento, foi preciso interromper a entrevista porque um cliente chegou a sua banca de variedades, que vende cigarros, bebidas, salgadinhos, etc. Ela voltou logo após o cliente ser atendido.

Carla relata que esse trabalho é sua única forma de renda, e que não gostaria de trabalhar como ambulante, no entanto a informalidade é único caminho possível para ela no momento, visto que seu currículo não foi aceito em nenhum dos lugares em que procurou emprego com carteira assinada.

O terceiro ambulante (Carlos dos Santos) se autodeclarou do sexo masculino e dono da barraca, respondeu as perguntas com rapidez, era visível a desconfiança, porém foi educado e gentil. Apesar da baixa escolaridade, Carlos é desenvolvido e muito inteligente. Trabalha na barraca com sua esposa, com quem reveza os turnos de trabalho. Durante 20 anos Carlos trabalhou na EBAL- antiga Cesta do Povo, no entanto, ela foi extinta e há 4 anos resolveu trabalhar como ambulante para manter a sua família, já que estava desempregado. Ficou surpreso com a pergunta sobre a

violência, mas seu tom demonstrava que a violência está presente, ele, contudo se sentia grato por não ter sido acometido por nenhum episódio violento.

A quarta entrevistada (Patrícia Araújo) foi gentil e transmitiu a impressão de que esta entrevista traria melhorias para a sua barraca. Diferente dos demais, Patrícia mora próximo do local da sua banca, o que facilita seu acesso ao banheiro, por exemplo. A ambulante declarou que trabalha mais de 12 horas por dia, o que é um horário excessivo para a jornada de 8 horas que a maioria dos brasileiros cumpre. Diz, ainda, que o trabalho não foi uma escolha, é falta de opção, e atribui essa falta de opção ao fato de não ter estudado suficientemente.

A quinta entrevistada (Márcia Santos) é a proprietária da barraca em que trabalha. Ela foi solícita e objetiva. Percebe-se por parte da entrevistada a indignação por não dispor de sanitários coletivos para atender a essa categoria. Destaca-se a informação sobre o tempo que trabalha como ambulante: 20 anos, o que significa que ela começou a trabalhar nas ruas quando ainda era uma criança, com apenas 9 anos.

A sexta entrevistada (Carla Bonfim) é a única a comercializar frutas e verduras. Ela foi solícita e em um dado momento fez chacota em relação à pergunta que se refere a sua identidade de Gênero. A entrevistada deu a impressão de morar no campo pelo seu linguajar. Ela contou a história de como começou a atividade de ambulante, destacando que foi a necessidade que fez com que ele trabalhasse nas ruas, mas que ela gostou do trabalho e por isso, aos 68 anos, contabiliza 40 anos de trabalho, embora sem aposentadoria. Essa, outra forma de violência contra esses trabalhadores.

A sétima entrevistada (Marta Conceição) é empregada da barraca que funciona na Praça Dorival Caymmi, em frente da Igreja Nossa Senhora da Conceição em Itapuã, um espaço bastante movimentado principalmente depois da requalificação da orla marítima e que é composto por restaurantes e bares devidamente regularizados junto aos órgãos públicos. Assim, este negócio funciona em um espaço de grande concorrência.

A entrevistada foi sucinta nas respostas, porém gentil e educada. Marta, como os demais entrevistados, afirma que o que a levou a trabalhar como ambulante foi o

desemprego. Seu horário de trabalho é noturno. Apesar disso, não relata episódios de violência nesse período, que considera “tranquilo”. Não especifica onde fica o banheiro que ela utiliza durante o horário de trabalho, apenas afirmando que fica “perto”.

O oitavo entrevistado (Mário Santos) é o proprietário da barraca e se autodeclarou do sexo masculino, foi prolixo e demonstrou tranquilidade e confiança ao ser entrevistado. Ele vende em sua barraca de lanches salgados bolos, água de coco, refrigerantes, cerveja dispõe de certa estrutura para atender a seu negócio, pois declarou que aluga um espaço nas proximidades da sua barraca, que chama de sede. Declarou, ainda, que sua barraca funciona vinte e quatro horas, e que, além dele tem mais quatro pessoas trabalhando no seu comércio.

A nona entrevistada (Ana Lima), também dona da barraca em que trabalha, diz que trabalha na maioria das vezes sozinha, e, recebe ajuda do filho no fim da tarde, porque o filho está na escola, esta diz que o filho só está nesse trabalho (rua) porque não consegue emprego, principalmente por ser jovem aprendiz, e alega que só querem dar emprego a quem tem experiência, e questionam como ela vai ter experiência se não tiver a oportunidade de do primeiro emprego.

A proprietária da barraca disse que foi trabalhar como ambulante depois que perdeu o emprego, e que tinha carteira assinada, durante a entrevista foi solícita e educada e fez questão de responder a todas as perguntas. Aqui fica evidente o que assinala Antunes e Alves (2004), ao referir-se como sendo uma tendência do mundo do trabalho contemporâneo a não inserção do jovem no mercado de trabalho, por esse motivo o mesmo se vê forçado a entrar no trabalho informal.

Dentre os nove entrevistados, sete se autodeclararam do gênero feminino, o que aponta para o que Antunes e Alves (2004), dizem, como sendo uma tendência do mundo do trabalho contemporâneo. Vale ressaltar que a inserção da mulher no mercado de trabalho não está atrelada a altos salários, porque é fato que as mulheres ganham menos que os homens, principalmente as mulheres negras, que correspondem ao perfil da maioria das entrevistadas.

Como fica evidente no artigo de Márcia Tavares (2015) “A importância da discussão de Gênero no Serviço Social”: “Em suma, a identidade da mulher como

trabalhadora está atrelada ao seu papel reprodutivo à esfera doméstica, o que desqualifica e desvaloriza o trabalho feminino repercutindo nos baixos salários” (TAVARES, 2015)

Infere-se ainda o componente étnico-racial, pois a maioria dos entrevistados são negros, o que confirma a discussão de Graça Druck (2011, p.46), a autora aponta que em 2009, permanece um alto nível de desigualdade e discriminação no mercado de trabalho, especialmente em relação às mulheres, aos negros e aos jovens, que continuam os segmentos mais precários de todos os trabalhadores.

Outro aspecto que foi observado durante as entrevistas, diz respeito à unanimidade da não assinatura da carteira de trabalho desses trabalhadores, e com isso, estes não usufruem dos direitos trabalhistas adquiridos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), isto é, não tem direitos ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), Auxílio Desemprego, e todos os demais direitos adquiridos. Além disso, os entrevistados apontaram como a principal causa de permanecerem no mercado informal- o desemprego. Quanto à escolaridade, somente 2 (dois) dos 9 (nove) entrevistados completaram o ensino médio.

Em pesquisa realizada na SEMOP-Secretaria Municipal de Ordem Pública da Cidade de Salvador/Ba foram obtidas as seguintes informações sobre os permissionários para o trabalho como ambulante cadastrados junto ao órgão: em Salvador são 2.552, em Itapuã, 432. Desses 432 permissionários cadastrados em Itapuã, 215 são do sexo feminino e 217 do sexo masculino, o que vai ser compatível com os dados das entrevistas, revelando que em Itapuã, as mulheres predominam no mercado de trabalho como ambulantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atual conjuntura, com altos índices de desemprego e subemprego, diante da tendência acentuada da flexibilização e precarização social do trabalho capitaneadas pelo Estado e orquestrada pelo capital, o trabalhador, fragilizado, vê-se obrigado a vender a sua força de trabalho barata aumentando, conseqüentemente, a mais-valia, e favorecendo o capital.

Sabe-se que não são só os trabalhadores inseridos no mercado formal que geram mais valia, os trabalhadores que se encontram na informalidade e de serviços podem ser protagonistas desse feito. Estes, ao contratarem a mão de obra de outras pessoas, também se apropriam do excedente desse trabalho. Vale ressaltar que os trabalhadores que vendem a sua força de trabalho na informalidade se encontram em uma situação de vulnerabilidade e exclusão social intensa na medida em que não usufruem dos direitos trabalhistas assegurados pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), direitos adquiridos com muita luta, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988.

Sendo a relação Capital x Trabalho um campo de lutas de classes antagônicas, só vem restando ao Estado, por pressão ainda da esfera pública, a criação de políticas sociais com formatos bastante compensatórios e imediatistas, visando à produção e reprodução do trabalho. Em suma, as políticas sociais estão sofrendo um desmonte, com o próprio processo de redução do Estado e com a reforma trabalhista, que fortalece a terceirização não só das atividades meio como também das atividades fins, fragilizando ainda mais a classe trabalhadora.

Percebe-se, então, a necessidade de gerar políticas públicas que atendam aos trabalhadores na sua totalidade, políticas que não sejam focalizadas, e sim universais, que possam assegurar direitos à educação, segurança, trabalho, saúde, acessibilidade, e que sejam eficientes, proporcionando condições mínimas de trabalho. Mais do que dar visibilidade essa parcela da população, é importante oferecer-lhe dignidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. A Constituição de 1988 e o mundo do trabalho no Brasil. In: KREIN, José Dark; SANTANA, Marco Aurélio; BIAVASCHI, Magda Barros. (orgs.) **Vinte Anos da Constituição Cidadã no Brasil**. São Paulo: LTR, 2010.
- ALVES, A. E.S.; ALMEIDA, J. R. M. **Trabalho Informal em tempos de “Globalizacionistas”**. Revista HISTEDBR online, Campinas, n. Especial, p. 238-250, mai. 2009. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33e/art15_33esp.pdf. Acesso em: 10/08/2017.
- ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao feudalismo**. Lisboa: Afrontamento, 1982.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez; Unicamp, 1998.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- BACKHOUSE R. E. **História da economia mundial**. São Paulo: Estação da Liberdade, 2007.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- DRUCK, G. **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000400004. Acesso em: 05/08/2017.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1988.
- FIGUEIRA, Fani Goldfarb. **O trabalho como primeira necessidade humana: uma concepção de História**. São Carlos, 1987. (Cadernos de Arquivo de História Contemporânea, no 2).
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- GORENDER, J. **Globalização, tecnologia e relações de trabalho**. Dossiê globalização. Estudos avançados da USP 11 (29), 1997.
- GRANEMANN, S. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola. 1992.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

HUNT, E.K.; LAUTZENHEISER, M. **História do pensamento econômico – uma perspectiva crítica**. Campinas: Elsevier, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2004.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

KON, A. **Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro**. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A156.pdf>. Acesso em: 10/08/2017.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARTINS, L. S. S. **Terceirização e precarização social do trabalho: uma análise das possibilidades de configuração de dano existencial ao trabalhador terceirizado**. (Monografia) Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, 2015. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/10939/1/2015_LuizaSoaresSabioniMartins.pdf. Acesso em: 08/08/2017.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

MERLO, A. R. C.; TRAESEL, E.S.; BAIERLE, T.C. Trabalho imaterial e contemporaneidade: um estudo na perspectiva psicodinâmica do trabalho. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 63, p. 94-104, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300010. Acesso em: 10/08/2017.

MINAYO, M. C. E S.; DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PAMPLONA, J. B. **Mercado de Trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo**. Rev. Bras. Estud. Popul. Vol. 13. nº 1. São Paulo Jan. /June 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982013000100011. Acesso em: 10/08/2017.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”: particularidades no Brasil**. (coleção biblioteca básica de serviço social, v 6). São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Vinicius Oliveira. **Trabalho imaterial e teoria do valor em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TAVARES, M. A. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

TAVARES, M. **A importância da discussão de gênero no Serviço Social.**
Disponível em: <http://www.cress-ba.org.br/debate-de-genero-no-ss>. Acesso em 18/08/2017.

Termo de Consentimento

TÍTULO DA PESQUISA: PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO: O IMPACTO SOCIAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO DOS AMBULANTES DE ITAPUÃ SALVADOR- BA.

Instituição responsável: Universidade Federal da Bahia UFBA - Curso de Serviço Social.

Eu _____, declaro que estou ciente da minha participação na pesquisa com o título acima citado que tem como objetivo principal avaliar o acesso e a utilização dos serviços de saúde mais especialmente pela população negra no Recôncavo da Bahia.

A minha participação será registrada através da aplicação de um questionário. Fica acordado que a minha identidade será inteiramente preservada e que as informações por mim fornecidas serão exclusivamente utilizadas para fim de pesquisa científica. Os resultados do estudo serão divulgados em congressos, publicações científicas e/ou publicações de modo geral.

Estou ciente que se trata de uma atividade voluntária e que a participação não envolve remuneração. Tenho total liberdade de não responder a determinadas questões, tirar dúvidas durante o processo de estudo, excluir do material da pesquisa informação que tenha sido dada ou desistir da minha participação em qualquer momento da pesquisa, exceto após a publicação dos resultados. Também posso recusar e/ou retirar este consentimento, informando aos pesquisadores, sem prejuízo para ambas as partes a qualquer momento que eu desejar.

Após ter lido e discutido com a pesquisadora os termos contidos neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordo em participar da pesquisa. A minha participação é formalizada por meio da assinatura deste termo em duas vias, sendo uma retida por mim e a outra pela pesquisadora.

_____, ____/____/2017.

Participante - Assinatura: _____

Nome completo: _____

Pesquisador - Assinatura: _____

Nome completo: _____